

01

02

03

04

05

06

07

08 09

10

11

12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

2324

25

26

27

28 29

30

31

32 33

34

35

36

37 38

39

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 945 DO CONSELHO PLENO

Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, realizouse a Sessão Plenária nº 945, sob a presidência da Conselheira Presidente Sueli Aparecida de Paula Mondini. Contou com a presença dos Conselheiros Titulares Carmen Lucia Bueno Valle, Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches, Karen Martins de Andrade, Maria Adélia Gonçalves Ruotolo no exercício da titularidade, Maria Selma de Moraes Rocha, Marina Graziela Feldmann e Marta de Betania Juliano e dos Suplentes Fátima Aparecida Antonio, Luci Batista Costa Soares de Miranda, Lucimeire Cabral de Santana e Silvana Lucena dos Santos Drago. Justificaram ausência a Conselheira Titular Maria Cecília Carlini Macedo Vaz e os Suplentes Antonio Rodrigues da Silva, Bahij Amin Aur, Helena Singer e Lourdes de Fatima Paschoaleto Possani. No Expediente da Presidência, a Conselheira Sueli Mondini deu as boas-vindas e declarou aberta a Sessão Plenária, colocando em discussão a Ata da Sessão Ordinária nº 944, de 05.03.2020, que foi aprovada. No Expediente da Presidência, a Presidente Conselheira Sueli Mondini passou aos Avisos e Comunicados: A Presidente do CME esteve com o Secretário Municipal de Educação, Bruno Caetano, dia 11.03.2020, tratando sobre a continuidade dos Conselheiros que terão o término do mandato. Até o momento não há definições, pois haverá a indicação de duas pessoas pela Comunidade, o que não é definido por ele. O Secretário dará retorno ao CME até o dia 18.03.2020. No Expediente dos Conselheiros, a Conselheira Selma fala sobre a crise na Educação, pois não há verbas por parte do Governo Federal e o FUNDEB, que sustenta a Educação Pública do país, está em pauta na Câmara dos Deputados e, até o momento, não foi aprovado o relatório da Comissão Especial, da relatora Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, da PEC 15/2015. Diante disso, a Conselheira Selma sugere que a mobilização nacional pela Educação, marcada para o dia 18.03.2020, seja com o debate da importância do FUNDEB dentro das escolas, envolvendo toda a comunidade escolar. Passando à Ordem do Dia: 1. Proposta de Integrantes das Comissões Temporárias. A Presidente, Conselheira Sueli Mondini, apresentou um quadro com a proposta de Comissões Temporárias para o ano de 2020. Três Comissões já foram publicadas: 1) Projetos Especiais/Experimentais; 2) Documento com normas para atendimento de qualidade na Educação Infantil; 3) Organização e realização de Seminários. Foram propostas outras quatro comissões temporárias, com sua respectiva composição: 4) Educação de Jovens e Adultos, com os Conselheiros Sueli, Amin, Lucimeire e Maria Adélia; 5) Ensino Religioso, com os Conselheiros Karen, Maria Adélia, Silvana e Amin; 6) Educação Especial, com as Conselheiras Cristina, Fátima e Silvana; 7) Política de Formação Docente, com as Conselheiras Marina, Emília, Maria Cecília, Marta, Carmen e Luci. As Portarias CME 4, 5 e 6 serão publicadas com urgência. A Conselheira Cristina solicita, como Presidente da Comissão de organização e realização de Seminários, apresentar o cronograma elaborado pela Comissão na próxima Sessão Plenária, o que foi aprovado. A Conselheira Emília propõe a criação de uma Comissão para estudo do novo programa de alfabetização lançado pelo MEC, chamado de Tempo de Aprender, ou mesmo um Seminário, considerando que este programa propõe o repasse de verba para a rede que aderir. A Conselheira Marina sugere convidar dois pontos de vista 40

41 42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56 57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

divergentes para enriquecer o debate sobre o tema. 2. Relatório de Atividades do CACS FUNDEB. A Presidente, Conselheira Sueli, apresentou aos Conselheiros o Relatório de Atividades do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB 2019, assim como o Relatório de Acompanhamento da Prestação de Contas do FUNDEB referente 2019. A Conselheira Sueli reforça a importante atuação do Conselho do FUNDEB no último ano. A Presidente, Conselheira Sueli, considerando a entrega, pelas Conselheiras relatoras do Parecer sobre o Relatório do PPP da EMEF Des. Amorim Lima, nesta data, insere em caráter de urgência na pauta de hoje. 3. Parecer sobre o Relatório do Projeto Político Pedagógico da EMEF Desembargador Amorim Lima – DRE Butantã. A Conselheira Karen, relatora do parecer, comenta que a Unidade Escolar encaminhou um relatório sobre os últimos três anos, seguindo o que é solicitado na normativa do CME. Além disso, no processo, a DRE-BT/DIPED e Supervisão Escolar que acompanham a escola e a SME/COPED/DIEFEM, manifestam-se favoravelmente à continuidade do projeto. Segundo a Conselheira Karen, o relatório demonstra um projeto de emancipação e autonomia dos estudantes, assim como ações de gestão democrática, porém não cita o processo de formação dos professores pela DRE e SME, e a não utilização do SGP pela escola dificulta a análise de alguns dados. A Conselheira Karen conclui dizendo que o relatório apresentado demonstra que o projeto aprovado neste Conselho funciona bem e é favorável à continuidade, com recomendações para que o próximo relatório, que deverá ser entregue em 2022, contenha elementos para melhor acompanhamento do projeto. A Conselheira Marta comenta que não identifica, no relatório, a mobilização e adoção da escola pela comunidade, características que se destacam na região de atuação da escola. A Conselheira Marina relembra que foi relatora, em conjunto com a Conselheira Hilda, do parecer que aprovou o Projeto Especial da EMEF, e que sempre foi perceptível o diferencial da unidade. A Conselheira Emília diz que o Assistente de Direção - AD da escola é orientando de mestrado com ela na PUC, e que apresentou um projeto que discutirá o papel do AD como formador na escola, a partir do conceito de integralidade dos sujeitos. A Conselheira Cristina coloca que os relatórios enviados pelas escolas com projetos especiais costumam não demonstrar a "escola viva", a integralidade, apontando apenas dados frios. A Conselheira Karen comenta que a normativa do CME aponta o que as Unidades Escolares devem enviar e que, na maior parte dos casos, as escolas apenas cumprem o mínimo necessário. A Conselheira Luci, também relatora, coloca que o parecer elaborado demonstra a perspectiva integradora que o relatório da escola aponta, mas que este documento chegou ao CME tarde, assim como a ata do Conselho de Escola, que contém poucas assinaturas. A Conselheira Cristina reforça que, se o relatório da Unidade Escolar demonstra todos os importantes elementos de um projeto especial, este seria um documento que serviria como inspiração para outras unidades. A Conselheira Lucimeire diz que o CME precisa provocar, quanto aos registros, como os docentes atuam em Projetos Especiais. A Conselheira Silvana comenta que já foi a esta Unidade EMEF para falar com os pais e percebeu que há clareza de onde eles querem chegar com o projeto, que os estudantes possuem uma logística interessante, um sistema de avaliação diferenciado, porém o relatório se limita ao sucesso, e não ao desafio para constituir um PPP diferenciado, até mesmo para aprendermos com as dificuldades. A Conselheira Fátima coloca que já visitou a Unidade Escolar por três vezes,

Ata da 945ª Sessão Ordinária do Pleno – 12/03/2020

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

acompanhando diferentes secretários, e que nunca conseguiu conversar com o corpo docente, e que seria interessante dialogar com a Escola, para perceber o envolvimento de todos. A Conselheira Emília relembra que a fonte de inspiração do Projeto Especial da EMEF Amorim Lima é a Escola da Ponte, adaptada à realidade da comunidade. Há questões em que eles avançam, em outras há dificuldades. Essa é uma escola que recebe muitas visitas, inclusive de diferentes redes e sugere questionamentos, no final do parecer, para o avanço do relato. A Conselheira Sueli lembra que a Comissão Temporária que trata sobre os Projetos Especiais/Experimentais, composta pelas Conselheiras Sueli, Helena e Lucimeire, está justamente trabalhando na reelaboração das normativas, que serão em próximas sessões, apresentadas a todos. A referida Comissão teve início após um trabalho de muitas discussões num Grupo de Trabalho constituído pela SME com diferentes profissionais: da própria EMEF Amorim Lima, de assessoria em unidade com projeto especial, de representante do CIEJA e do CEU Heliópolis e das Conselheiras que escrevem agora as normas do CME. Colocado em votação, o parecer foi aprovado, com a seguinte Conclusão: Após a análise, considera-se que o Relatório explicita o Projeto Pedagógico da EMEF Desembargador Amorim Lima, em evolução, permanente construção e aprimoramento, sendo relevante como Projeto Especial, por proporcionar vivências e experiências diversificadas e inovadoras aos estudantes e educadores. Tais considerações se evidenciam nos documentos e avaliações produzidos pela escola, nas análises da Divisão de Ensino Fundamental e Médio (DIEFEM) da Coordenadoria Pedagógica (COPED) da Secretaria Municipal de Educação (SME), nas realizadas pelos órgãos técnico-pedagógicos da Divisão Pedagógica da Diretoria Regional de Educação do Butantã (DIPED-BT) e na manifestação da Supervisão Escolar, de caráter relevante, uma vez que este profissional tem contribuição fundamental para o acompanhamento e indicações de ajustes do Projeto. Recomendamos que exista a interlocução entre a escola, DIPED da DRE e DIEFEM-COPED da SME, de forma que o sistema próprio de acompanhamento das aprendizagens utilizado pela escola permita alcance e similaridade com os dados produzidos pelo SGP. Ressaltamos que, no prazo de dois anos, até o mês de março de 2022, deverá ser protocolado o Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas, referente às atividades desenvolvidas nos anos de 2020 e 2021, e indicamos os elementos a serem aprimorados para melhor acompanhamento do Projeto:

- a) sistematização e análise geral dos dados de aproveitamento e desempenho dos estudantes nas avaliações internas e externas, desistências, transferências e retenções;
- **b)** cursos de formação/atualização dos quais participaram os professores, de forma quantificada e nominal;
- c) explicitação das ações propostas para o acompanhamento das aprendizagens, ressaltando as estratégias utilizadas.

Tais aprimoramentos descritos no próximo relatório, mantendo-se os elementos que indiquem:

- a) a Avaliação do trabalho realizado, considerando os princípios que fundamentam o Projeto Pedagógico Especial;
- **b)** o acompanhamento dos estudantes egressos do Ensino Fundamental.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente Conselheira Sueli encerra a sessão agradecendo a

Ata da 945ª Sessão Ordinária do Pleno – 12/03/2020

presença e participação dos Conselheiros. A Ata foi lavrada por Mayra Regina Vidal e será assinada pelos presentes, depois de aprovada. São Paulo, 12 de março de 2020......

CONSELHEIROS TITULARES:
1 - Sueli Aparecida de Paula Mondini (Presidente)
2 - Carmen Lucia Bueno Valle (Vice-Presidente)
3 - Cristina Margareth de Souza Cordeiro
4 - Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches
5 - Karen Martins de Andrade
6 - Maria Selma de Moraes Rocha
8 - Marta de Betania Juliano
SUPLENTES:
1 - Fatima Aparecida Antonio
2 - Luci Batista Costa Soares de Miranda
3 - Lucimeire Cabral de Santana

4 - Maria Adélia Gonçalves Ruotolo.....

5 - Silvana Lucena dos Santos Drago